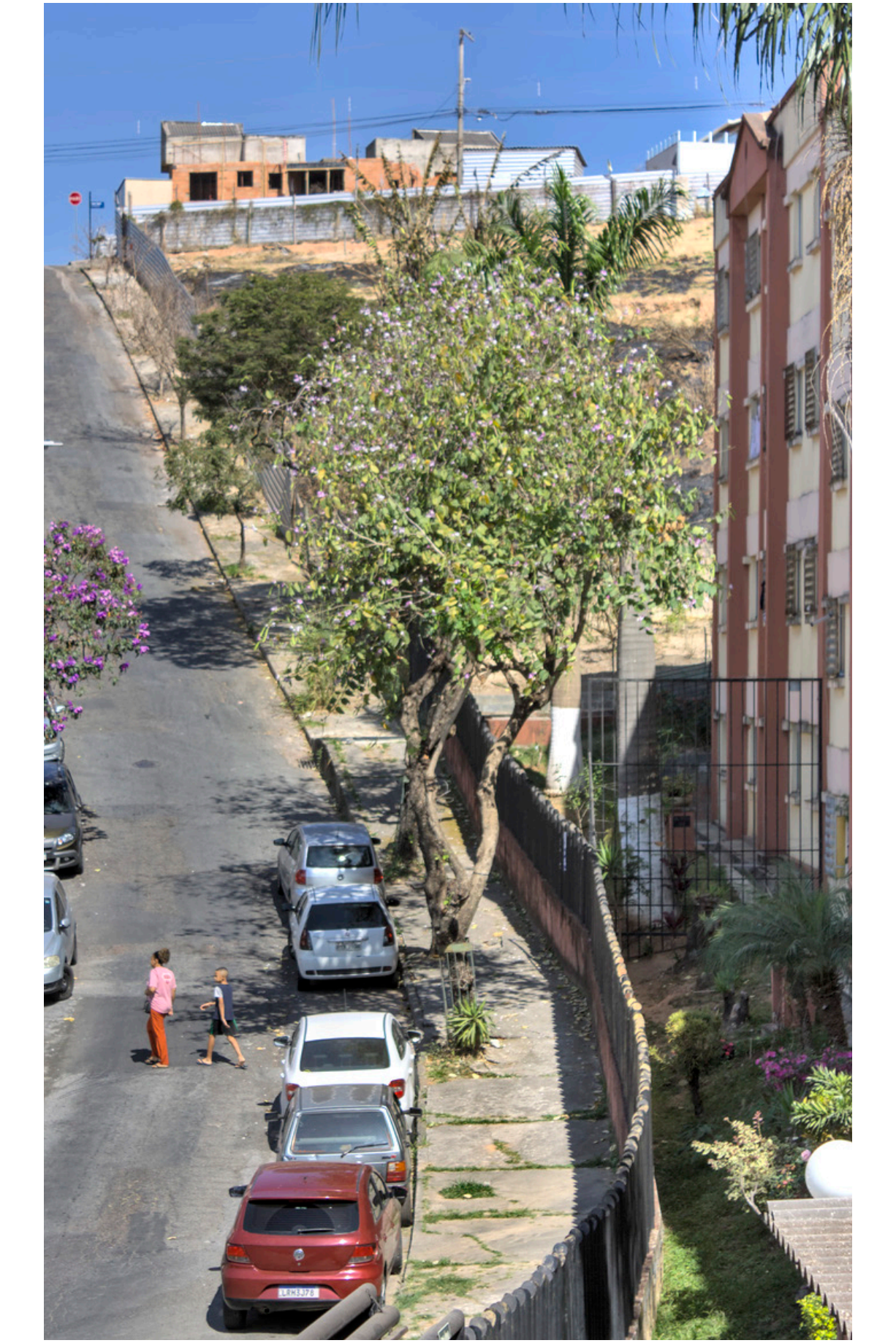


COMEÇARAM AS REUNIÕES

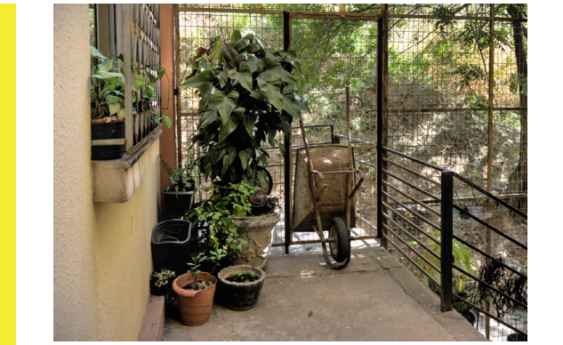
[Moradora-liderança 1] Eu morava em outro bairro, lá em Venda Nova, no bairro Jardim Europa. Minha irmã era presidente de uma associação de bairro e ficou sabendo da possibilidade de fazer inscrição, e eu fiz. Começaram as reuniões lá na URBEL. A princípio, a gente não estava muito animado, nem acreditava. Ia nas reuniões. Meus filhos eram pequenos. Trabalhava de dia, e as reuniões eram sempre à noite. Era muito difícil, mas eu não desistia. [...] Sou moradora do conjunto Fernão Dias e, antes de estar aqui, eu morei numa parte do bairro Fernão Dias. Era um momento em que a gente invadia locais e construía onde aparentemente não tinha um dono. Foi onde o movimento se fortaleceu, porque a gente construiu. Mas veio a polícia, tirou um grupo de cinco ou dez pessoas e, nessa retirada violenta, eu tive um aborto. Isso foi o que nos fortaleceu: a partir de então, foram os grupos se unindo do Norte, do Leste... E fizemos esse movimento que hoje já está meio que desfalecendo. [...] A gente não tinha moradia nossa. Vivia pagando aluguel. Então, este local [bairro Fernão Dias] foi o primeiro onde nós construímos, de fato, para morar. [...] Eram dois cômodos construídos com tijolos de cimento para ser uma construção rápida. Juntava todo mundo, construía para um e abrigava naqueles espaços os que ainda não tinham e, bem ao lado, construíamos para o outro. Já era um início de mutirão, porque era um grupo que construía a de um e passava a construir a do outro. [...] Passou a ser um movimento de moradia. Foi cada grupo registrando uma associação, porque através da associação é que eram liberados os recursos. Por exemplo, de cada núcleo saiu um número de associados para o residencial, e aqueles que vieram para o Fernão Dias criaram uma associação para administrar os recursos e gerir a construção.

A GENTE VOTOU POR AUTOGESTÃO

[Moradora-liderança 1] Como o recurso não era grande, o Poder Público trouxe um modelo de autogestão. Não tenho bem certeza, mas parece que veio da França. Se todo mundo trabalhasse na construção, a verba dava para ter melhoria na qualidade, e isso agilizava o processo. Então, o nosso foi a primeira experiência em autogestão. Foi esse Residencial Fernão Dias, para onde vieram 144 famílias. A gente trabalhava feriados, finais de semanas, todo mundo, cada um na sua função. Quem não podia fazer o serviço mais pesado ficava distribuindo água ou café, mas a gente trabalhava mesmo batendo carrinho de terra, massa, concreto. Todo mundo fazia o serviço de pedreiro e ajudante de pedreiro.

[Moradora-liderança 2] A gente tem que falar da autogestão e da gestão pública. Na gestão pública, a Prefeitura já tem o terreno, constrói, entrega a unidade habitacional e você não sabe qual vai ser seu vizinho, quais os hábitos dos seus vizinhos. Você só recebe o seu apartamento. Na autogestão, não. Sempre vou lutar pelo programa e sempre vou desejar que ele continue. Isso sem falar na oportunidade que a gente tem de conhecer os engenheiros, os pedreiros que vão para lá, para a obra, ajudar a gente. Isso é muito bom. A autogestão começa aí: é o respeito, é a dignidade. Eu às vezes falo com o pessoal do movimento: *Gente, quem entra no movimento de moradia pensando que vai ganhar alguma coisa está totalmente enganado*. [...] Com a autogestão, a gente já está ensinando o pessoal a trabalhar. E isso sem falar também nas oficinas que dão oportunidade para as pessoas buscarem o seu financeiro, para poder pagar. Quando teve a votação, a gente votou por autogestão. Essa foi uma das coisas que a assessoria falava: *Gente, vocês vão ter uma integração social, vocês vão conhecer um ao outro, isso é importante*. Então isso fica na cabeça da gente.

[Morador-liderança] Hoje, graças a Deus, falo de peito aberto, de cabeça erguida, que nós conseguimos administrar a construção do Residencial dentro do convênio assinado com a Prefeitura. Então, nós tínhamos direitos, deveres e obrigações enquanto associação, e os associados também. E o projeto autogestionável é a participação de todos, futuros proprietários e também familiares. Isso foi uma questão no tempo da obra, para que todos pudessem participar.



NÃO QUERIAM O CONJUNTO AQUI

[Moradora] A gente teve dificuldade de vir para cá também, porque a grande maioria dos moradores da vizinhança são pessoas de posse. Não queriam que se construísse o conjunto aqui. Chegaram até a fazer abaixo-assinado para a gente não vir para cá. Aquelas casas, só mansões ali para cima. Foi a Prefeitura mesmo que tomou a frente disso, que resolveu com eles.

[Morador-liderança] Desde o início da construção do Residencial, a gente sempre ouvia o povo da vizinhança falando: *Nesses predinhos vão morar favelados, bandidos, gente de tudo que é região de Belo Horizonte*. Muitas vezes dei palestras dentro de ônibus, porque a palavra 'predinhos' não entoava muito bem na minha audição, e é assim até hoje.

[Moradora-liderança 2] As pessoas falam assim: *grupo dos sem casa, pessoal dos sem casa*. Não é assim! O grupo tem história, vem de algum lugar, seja de uma casa em que mora de favor, seja do aluguel. Por isso eu falo que a dignidade começa por aí. [...] muitas vezes a gente encontra discriminação. Logo no começo a gente tinha isso, eles achavam: *Ah, aquele pessoal vai invadir*. [...] A partir do momento em que você mora num residencial de baixa renda, tudo vira diminutivo. *Ah, o pessoal que mora no predinho. Ah, o pessoal que mora no pombal*. E a pessoa não tem a dignidade de falar: *Eu moro no Residencial Fernão Dias*. Até os próprios moradores falam: *Eu moro nos predinhos*. Eles não conseguem mudar essa fala imposta a eles. Não, se tem uma placa lá de todo tamanho, a gente conquistou aquele residencial, não é? É um bairro, entre aspas, meio nobre. São duas coisas que eu defendo: autogestão e não empregar o termo sem casa. Sem casa, não! Nós somos movimento de moradia.

NÓS, MULHERES, VAMOS MAIS À FRENTE

[Moradora] Era um sonho bem distante... e foi indo. A gente ficou mais animada mesmo quando conhecemos o terreno. Meu marido não acreditava. Eu sempre acreditei, sempre quis ter uma casa. Eu morava num barracão no lote da minha mãe, mas não era a minha casa. Meu marido não acreditava porque as pessoas ficavam muitos anos esperando para serem beneficiadas, e muita gente não conseguia nada. Mas, quando a gente veio conhecer o terreno, a gente se animou e começou a acreditar. Era ele que vinha mais nos mutirões, porque eu trabalhava de segunda a sexta. Eu vinha só algumas vezes. [...] Eu lembro que, quando eu vim aqui, eu achei o máximo! O mais importante foi a janela, porque eu morava no barracão que tinha uma janela basculante, e imaginava assim: *Nossa, essa é uma janelinha*. Porque era para pessoas de baixa renda. E aí, quando eu vi a janela, que era uma janela de alumínio... eu vi que era uma moradia digna para a gente, e eu fiquei muito feliz já.

[Moradora-liderança 2] Meu marido não participou de mutirão. Ficamos lá um ano e oito meses, e ele desacreditava. Ele falava assim: *Ah, esse negócio de mutirão, esse trem vai sair um dia?* Um dia a família dele, que era de São Paulo, veio a BH e falou: *Ué, mas você ainda não foi conhecer onde você vai morar?* Eu tinha dois filhos na época e levava as crianças comigo. Então, a mãe dele falou: *Não, mas a gente quer ver*. Quando chegou lá e viu que já estava tudo levantado, ele falou: *Gente, eu não sabia que estava assim adiantado, não*. Quando a gente pegou a chave pelo sorteio, ele falou: *Olha, eu desacreditei, mas de agora para frente, não. Se você não tivesse aqui, a gente não ia conseguir. Então agora eu é que vou terminar de fazer o resto*. [...] As mulheres buscam mais. No movimento de moradia, na reunião da associação, você não vê mais que quatro homens, enquanto sessenta são mulheres. No mutirão, você vê alguns homens, vamos supor, você vê vinte homens para oitenta mulheres. Eu acho que nós, mulheres, vamos mais à frente. Tanto é que até mesmo quando a gente sai em caminhada, passeata, para poder mostrar o que a gente precisa, o que a gente está buscando, a maioria são mulheres.

MUDANÇAS QUE FIZEMOS NO PROJETO

[Morador-liderança] O projeto do Residencial é da URBEL. Nós tivemos a possibilidade apenas de optar pela troca das janelas, que seriam de ferro e passaram para alumínio. A outra mudança que nós fizemos foi o fechamento da área de serviço a partir do segundo pavimento. Isso tudo com verba que havia sobrado. Nós fizemos a opção de cor e tipo de tinta, mudança no corredor dos prédios, que seriam rampas com taludes gramados e com árvores entre os prédios, e conseguimos mudar para concreto com muro de arrimo. Conseguimos também mudar o tipo da porta de entrada, o tipo de registro, tipo de torneira. Outra mudança no período de obra foi o tipo de pavimento do estacionamento.

[Moradora-liderança 1] Nas discussões [da assessoria técnica com os moradores], nós conseguimos que tivesse um quarto a mais, porque eles queriam fazer apartamentos de dois quartos. E aí, a gente discutiu muito e questionou: *Como é que uma família de x pessoas vai morar num apartamento com dois quartos?*. E aí conseguimos, por causa da verba que a gente ia economizar trabalhando [nos mutirões], que o dinheiro economizado fosse gasto aqui mesmo, com assessoria técnica e com os engenheiros especializados, com pedreiro, servente de pedreiro... Quem cuidava de tirar terra, levar terra, essas coisas, eram os moradores. Então, isso economizou muito, e aí a gente falou: *Já que tem essa economia, nós podemos ter o apartamento, pelo menos, rebocado*. Aí as paredes foram rebocadas no período da construção.

QUANDO AUMENTAM OS ZEROS

[Moradora-liderança 2] A gente trabalha com o sonho de cada pessoa. Então, esse é o meu medo. Quando a gente falava com as pessoas: *Olha, você está entrando na associação e é demorado*. Porque a gente é porta-voz da Prefeitura, em certos momentos, ela não coloca a cara. Por isso é que eles fazem essa reunião com a gente. Tem que saber muito bem o que fala e o que ouve. Essa delicadeza de quando a pessoa chega com o sonho de querer a casa dela e você começa a trabalhar.

[Moradora] [Com a coordenação da associação] era uma relação tipo submissão mesmo, porque a gente não tinha entendimento. Dentro do conhecimento dele [liderança], ele fala muito bem, isso faz toda a diferença diante da gente, de todo o pessoal que não tinha noção de nada, de como era morar em prédio. Até hoje, a gente não tem mesmo essa visão, porque, se tivesse, a gente já estava em outra dimensão. Então, ele falava e a grande maioria acatava. Enfim, não tinha muito entendimento, não. A gente era coadjuvante.

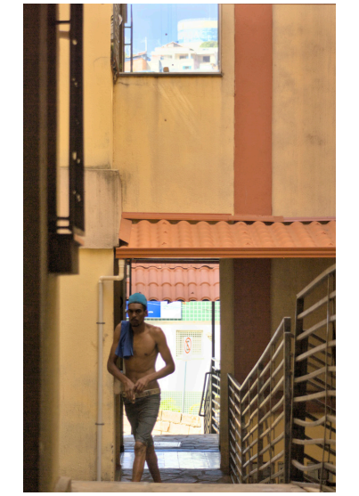
[Moradora-liderança 1] A assessoria e a diretoria faziam reuniões em que discutiam as verbas e as formas de gasto. Eu entendo que a gente, como grupo, não tinha muita noção do que é dinheiro em 'x' [rubrica da planilha de gastos]. Ou seja, você falar *cinco mil, cinquenta mil, cem mil*, dá para se entender claramente, porque é uma coisa próxima a você. Mas, quando aumentam os zeros, já surge a dificuldade. Como você vê, eu fui fazer faculdade depois que estava morando aqui, agora, depois de [me tornar] vovó. E eu sou uma entre alguns daqui que também atingiram esse patamar.

NÓS ESCOLHEMOS TER MUTIRÃO

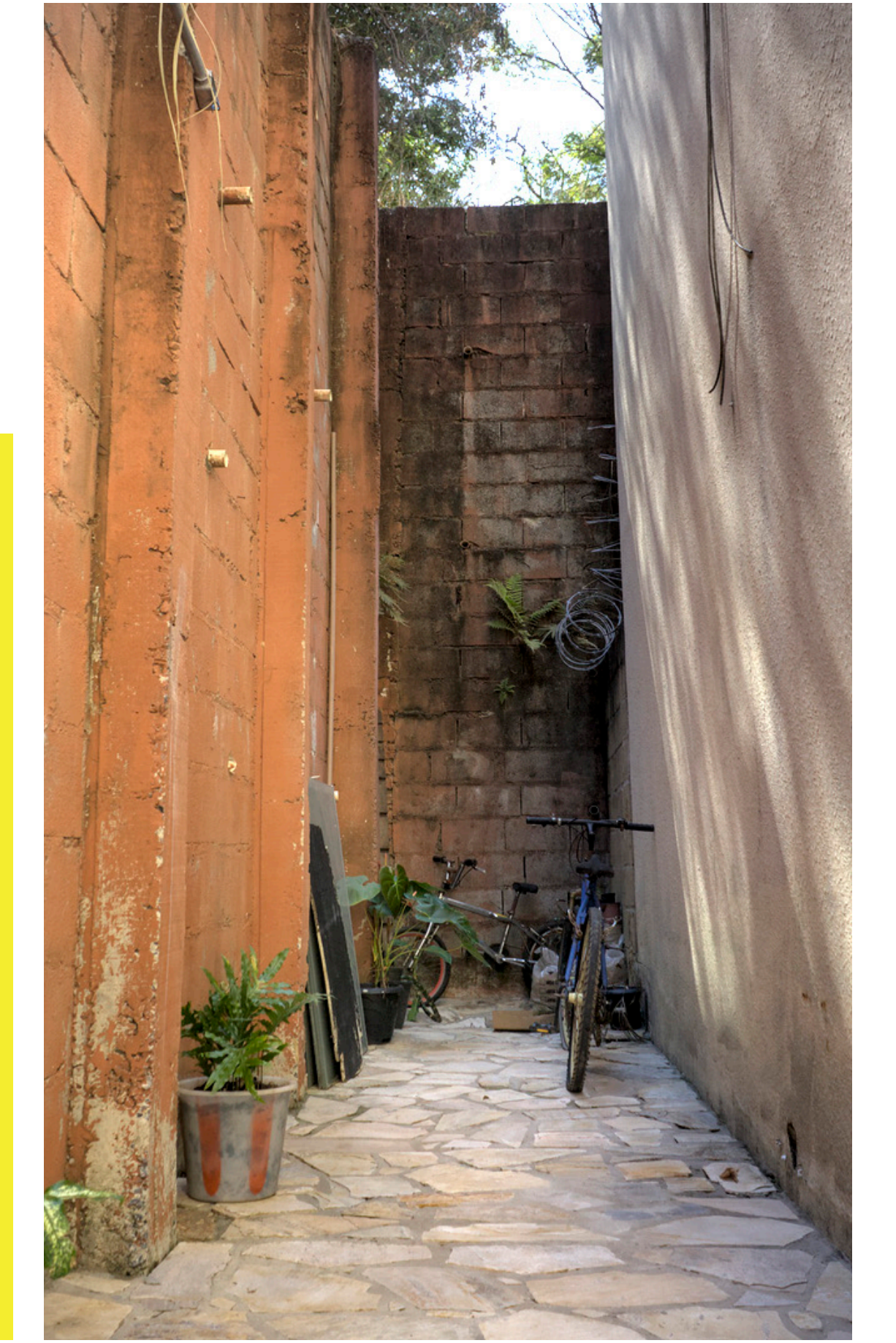
[Moradora-liderança 2] Imagina você trabalhar no mutirão e não ter mais Dia das Mães, Dia dos Pais, feriado. A única data sem trabalho era o Natal. Ainda assim, você comemorava junto com eles. Com sua nova família. Muita gente falava: *O quê? Eu já trabalho de segunda a sexta ou de segunda a sábado, e, quando chegam final de semana e feriado, eu tenho que vir trabalhar aqui?* Muita gente achava que era muito, aí já começava a faltar. Antes, se você tivesse três faltas sem justificativa, saía do grupo e aquele que estava como suplente se encaixava. Então, várias pessoas perderam o apartamento assim. [...] Fomos nós que escolhemos ter mutirão, em todos os sentidos. Mutirão de juntar todo mundo para economizar os pregos que durante a semana as empreiteiras deixavam jogados. Tinha as formiguinhas que juntavam esses pregos e as outras que colocavam os tijolos para facilitar. Isso foi um trabalho incrível. [...] Uma escola próxima cedia algumas salas para a gente ficar com as crianças. Porque os pais tinham que levar as crianças, pois não havia onde deixá-las para que pudessem trabalhar nos finais de semana e feriados. Trabalhei no projeto para cuidar das crianças de lá. Trabalhei também na cantina. Todo final de semana e feriado a gente tinha que ver qual era o cardápio e o que tinha que conseguir com doações para complementar a alimentação das pessoas.

[Moradora] O que falavam era que a gente tinha que vir para ajudar, para diminuir mesmo os custos para a gente. Então, foi nesse sentido que sugeriam [os mutirões] para diminuir os custos no final da obra.

[Morador-liderança] Tivemos vários associados e filhos de associados contratados para executar serviços durante a semana, por carteira assinada ou por trabalho autônomo. Nós tivemos pedreiro, almoxarife, segurança do trabalho, porteiro, vigia, eletricista. Sobre alguns, que foram ajudantes da construção da obra, associados que passavam dificuldades ou filhos que tinham dificuldade de socialização, foi muito boa a contratação, porque passaram a participar durante a semana e perceberam o valor da tarefa. Essa história, eu garanto que nunca vai apagar da memória dos que participaram.



[Moradora-liderança 1] As mulheres lidavam com as mesmas coisas que os homens. Tinha um grupo que fazia comida e que servia o café, a água. Eram as senhoras velhinhas que não davam conta de trabalhar. Mas as demais batiam concreto normal, como qualquer homem. Com as economias que foram feitas, daria para a gente ter uma cozinha maior, um quarto maior porque são muito pequenos. Mas, para quem está em busca de moradia, quando viu o apartamento, se sentiu realizado. Nós temos 48m^2 de construção, e o espaço e os custos de um metro quadrado a mais ou a menos não fariam tanta diferença, já que a gente tinha o recurso. Foram devolvidos ao município uns valores que eram para a obra daqui, porque a gente fez economia. Esses valores poderiam ter sido gastos para melhorias aqui. A gente poderia [ter pleiteado alterações], mas não tinha mesmo experiência. A gente estava acostumado a morar em um barracão, não tinha ideia dessa melhoria para conforto.
O que se construía a cada final de semana deixava claro que era uma economia grande. Por exemplo, quando era dia de prestação de contas, a gente sabia o que tinha sido gasto até ali. Então, se fosse pagando uma empresa para construir, a gente não teria noção e nem saberia que tinha feito essa economia. [...] Todo mundo sabia, porque, antes de iniciar o trabalho, tinha uma reunião. A gente reunia e ouvia os avanços e os recursos existentes que tinham deixado de ser gastos.



ENCARAMOS ISSO NO BRAÇO, NA GARRA

[Moradora-liderança 2] Até curso de construção civil teve para as mulheres. Essa oportunidade de as mulheres poderem construir não só sua casa, mas ir para uma obra também, ter emprego e tudo mais. Aí vêm os outros cursos de culinária, de costura, artesanato e por aí.

[Moradora-liderança 1] Nesses cursos [durante a construção], a única coisa que a gente aprendia era o que a gente já estava entendendo, que ser unido é que fazia a coisa fluir, que não adiantava um puxar para um lado, outro para outro, porque aí só dificultava as conquistas.

[Morador-liderança] O pós-obra fomos nós que fizemos. Não tivemos o pós-obra da Prefeitura. Nós encaramos isso no braço, na coragem, na garra. Não tivemos a equipe social da URBEL o tempo todo. Se a família não tinha educação ou se saiu de alguma vila em que não pagava luz, água, que tinha gato no telefone, nós tivemos de ensinar o que era a convivência em condomínio, a obrigação de pagar as taxas das despesas. Já teve várias mudanças no Residencial, que foi o primeiro verticalizado em Belo Horizonte, construído pela autogestão. Ele está com vinte anos de idade e parece um mocinho ainda. Para você ter uma ideia, a pintura é a original, de vinte anos atrás. Nós não tivemos problemas com trincas como outros tiveram. [...] É uma prova viva [do sucesso] que Belo Horizonte tem do programa de autogestão.

NÃO É UMA ESCRITURA

[Moradora-liderança 1] [O apartamento] foi entregue no reboco. O banheiro com cerâmica até no meio da parede. A chave foi entregue para que cada família desse acabamento interno. Até hoje tem família dando esse acabamento. Algumas famílias alteraram alguma coisa. Por exemplo, o apartamento do meu filho diminuiu um quarto para aumentar no banheiro... O banheiro era muito pequenininho. Ele fez um balcão da cozinha para a sala, interligando a cozinha com a sala e outras famílias também fizeram alguma coisa parecida, mas a estrutura em si dos apartamentos não foi muito alterada. [...] Ninguém tem escritura definitiva. Eu falo muito isso com todo mundo que já terminou de pagar e já pegou o documento. Não é uma escritura, de fato. É um documento que mostra que o pagamento foi concluído, mas não é uma escritura que diz: *O apartamento x, localizado na rua x é de propriedade de tal*. Tanto é que questiono muito, mesmo com o pouco conhecimento que tenho: *como é que se pode dizer que o apartamento é do Fundo Municipal de Habitação se quem foi para a dívida ativa foi o meu nome?*

SÃO MAIS DE VINTE ANOS CONVIVENDO

[Moradora-liderança 1] A gente tem muitos problemas [...]. O que falta aqui são normas, não seguimos a norma. Aqui é assim, cada síndico, cada representante de bloco faz o que acha melhor, tenta fazer da maneira que acredita, e vamos caminhando. [...] Eu achava uma imprudência do poder público mesclar as famílias. Tiravam famílias da região Nordeste, mandavam lá para o Barreiro, tiravam famílias lá do Barreiro e mandavam para aqui [...]. As famílias de baixa renda normalmente têm um familiar ou um vizinho que cuida dos filhos. Ao sair da região onde vive, tirava-se essa estrutura dele. Então, não era mesmo uma coisa razoável. Eu pontuei muito isso nas reuniões, mas não fui ouvida [...]. Não eram poucos os apartamentos que eram habitados só nos finais de semana, porque a família não tinha condição de deixar os filhos num lugar desconhecido para ir trabalhar. Então, eles continuavam morando nas vilas. Foi esse o argumento que usei [...] para mostrar que algumas coisas precisavam ser ajustadas. Infelizmente, o modelo [autogestão] foi... como eu disse, 'desfalecendo'. [...] As crianças não têm onde brincar. Não temos estacionamento. Tem espaço para que se faça, mas não temos um estacionamento. Conclusão: as crianças brincam no meio dos carros aí no pátio, que é o único lugar que tem. Então, se fosse hoje, a gente pensaria, além da moradia, nessas necessidades num residencial desse tamanho.

[Moradora] No começo, a gente teve que ser uma grande família, tinha uma união, porque era todo mundo muito feliz, muito animado. Até hoje eu sou muito grata a tudo, a Deus, por ter a moradia da gente. Então, a gente aprendeu a ficar mais unido, é interessante. Eu acho que isso é o que fez a diferença [...]. O que move a gente que está na frente é esse sentimento de que a gente conseguiu lá atrás, da luta que foi, do envolvimento com as pessoas, do elo. Porque a gente criou um carinho e uma amizade com muitas pessoas. [...] Hoje tem apartamentos que são alugados. Essas pessoas, a gente só conhece de vista. Mas, no geral, a gente convive e conhece todo mundo. Conhece de 'oi' e tal, de saber onde mora, qual bloco, qual apartamento, porque são mais de vinte anos convivendo. No princípio, quando viemos morar no conjunto, a gente pensou em ser uma família de fato, e era mesmo, uma harmonia muito grande. Durante o mutirão, era só a mãe que vinha e, quando mudamos, veio também o pai, os filhos... É outro contexto, um monte de pessoas diferentes. E a cada dia esse perfil muda muito de acordo com o pessoal, com o filho que casa e vem, os agregados que aparecem.

[Moradora] A localização do conjunto é muito boa, a gente sabe disso. A estrutura do apartamento, eu acho ótima. A gente mora em frente a um posto de saúde, por exemplo, temos um supermercado perto, acesso a tudo. Tem a escola até a oitava série e também a UMEI construída há pouco tempo, pertinho aqui, na nossa esquina. [...] Eu acho que nós somos privilegiados — acho, não, tenho certeza!

Tenha fé em Deus.

Fontes bibliográficas e documentais

ARQUIVO do Gabinete do Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)
ARQUIVO da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)
BEDÊ, Mônica. *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da FRENTE BH POPULAR: 1993/1996*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMG, 2005.
MASCARENHAS, Giselle O. *Outros canteiros: possibilidades e limites da produção de moradias por autogestão de Belo Horizonte*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2022.

[cc] Roberto E. dos Santos e Giselle Mascarenhas, 2023
[cc] Selo editorial MOM, 2023
[cc] Ensaio fotográfico, Érico Silva e Giselle Mascarenhas, 2023

Você tem a liberdade de compartilhar, copiar, distribuir e transmitir esta obra, desde que cite a autoria e não faça uso comercial.

FICHA CATALOGRÁFICA

R429 Residencial Fernão Dias / Roberto E. dos Santos, Giselle Mascarenhas, [organizadores]. – Belo Horizonte : MOM Edições, 2023.
52 p. : il. – (Coleção Autogestão de Moradias).

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-88628-05-8

1. Conjuntos Habitacionais. 2. Comunidades. 3. Moradia. 4. Belo Horizonte (MG). I. Santos, Roberto E. dos. II. Mascarenhas, Giselle. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título. V. Série.

CDD 711.4

Ficha catalográfica elaborada por Hugo Avelar Cardoso Pires CRB-6 3125

Foi feito o depósito legal.
Fontes: Mineral, Transcript e Spectral
Impressão: Formato Artes Gráficas
Tiragem: 300 exemplares

MOM edições
Escola de Arquitetura da UFMG
Rua Paraíba, 697
30.130-141 Belo Horizonte – MG
Tel. (55 31) 3409 8855
mom.editorial.eaufmg@gmail.com

COLEÇÃO
AUTOGESTÃO
DE MORADIAS

Roberto E. dos Santos
Giselle Mascarenhas

Projeto gráfico e diagramação
Paula Lobato
Felipe Carnevalli De Brot

Ensaio fotográfico
Érico Silva
Giselle Mascarenhas

Desenhos técnicos
Cerena Silva Araújo
Josiany Coelho Campos
Karlla Rafaela Soares
Laura Julia Rodrigues
Matheus Borlot Nascimento

Transcrição de entrevistas
Karlla Rafaela Soares
Cerena Silva Araújo
Giselle Mascarenhas
Josiany Coelho Campos
Matheus Borlot Nascimento

Conselho editorial
Ana Paula Baltazar
João Marcos de Almeida Lopes
Margarete Maria de Araújo Silva
Roberto E. dos Santos
Silke Kapp
Tiago Castelo Branco Lourenço

Apoio técnico e preparação
Josiany Coelho Campos
Laura Julia Rodrigues
Matheus Borlot Nascimento
Roberto E. dos Santos
Silke Kapp

Revisão
Alexandre Bomfim

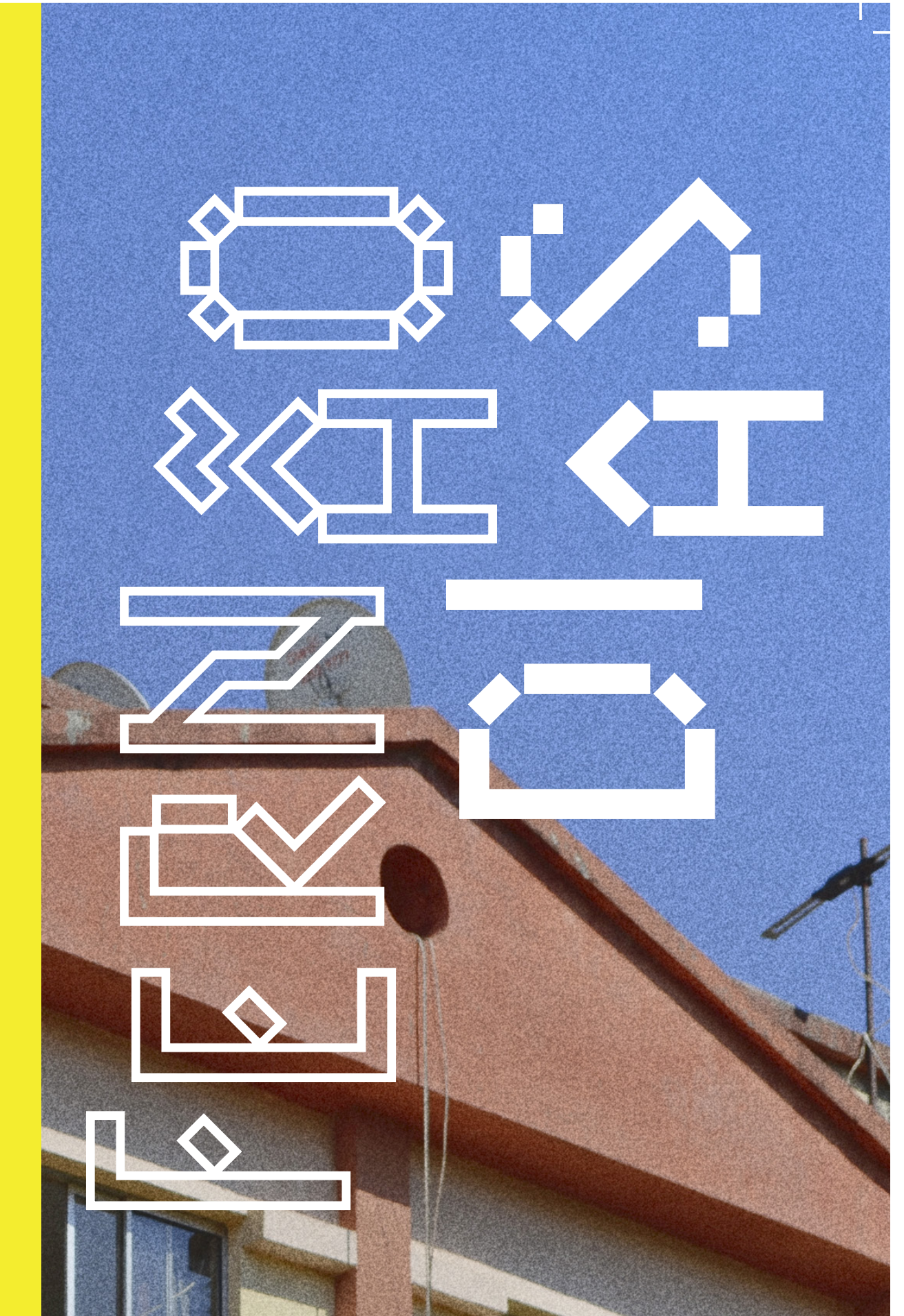
Créditos das imagens
Antônia de Pádua:
pp. 12, 15, 16, 17, 18, 22
Instituto de Arquitetos do Brasil:
pp. 19, 20, 21, 25
João Marcos de Almeida Lopes:
p. 25
Margarete Maria de Araújo Silva:
p. 16
MOM:
pp. 01, 22, 26
Prefeitura de Belo Horizonte:
pp. 17, 23

Esta publicação foi realizada com apoio financeiro da emenda parlamentar individual 14080016 do Deputado Patrus Ananias.

SUMÁRIO

3 Coleção Autogestão de Moradias
7 Residencial Fernão Dias
12 Linha do tempo
Falas e ensaio fotográfico
29 Começaram as reuniões
31 A gente votou por autogestão
32 Não queriam o conjunto aqui
33 Nós, mulheres, vamos mais à frente
35 Mudanças que fizemos no projeto
36 Quando aumentam os zeros
37 Nós escolhemos ter mutirão
41 Encaramos isso no braço, na garra
42 Não é uma escritura
45 São mais de vinte anos convivendo

MOM edições



Dedicamos esta Coleção às famílias que lutaram e ainda lutam por moradia na cidade de Belo Horizonte, especialmente àquelas que construíram a autogestão e nos emprestaram suas memórias e perspectivas.

MOM
edições

COLEÇÃO AUTOGESTÃO DE MORADIAS

Nos anos 1990, a conjuntura política e social de Belo Horizonte foi marcada por uma luta intensa por moradia, com militância e grupos organizados pressionando por mudanças na gestão urbana no âmbito da habitação. A Constituição Federal (1988) e a Lei Orgânica Municipal (1990) favoreceram esse movimento, que colaborou para a eleição da FRENTE BH POPULAR, em 1993. Essa coalizão democrática-popular criou condições para a autogestão na produção de moradias. O Orçamento Participativo (OP), iniciado em 1993 e mantido até 2018, bem como o Orçamento Participativo da Habitação (OPH), criado em 1995, foram decisivos para a implementação dessa política.

Assim, foram construídos em Belo Horizonte, de 1997 a 2012, vinte empreendimentos habitacionais por autogestão, financiados por programas municipais e federais, somando cerca de mil e setecentas novas moradias. Embora esse número seja pequeno quando comparado à demanda, tais experiências provam que é possível e desejável produzir de outras maneiras que não as da lógica do mercado, da autoprodução desprovida de recursos ou da gestão pública sem participação popular. A autogestão não apenas resultou em edificações quase sempre de maior qualidade espacial e construtiva, mas os princípios que regeram tais processos deram chance para que futuros moradores e, especialmente, *moradoras* ampliassem sua consciência política, sua autonomia individual e coletiva, e seus conhecimentos e habilidades no trabalho executivo e administrativo dos canteiros de obra.

Esta Coleção traz a público os primeiros resultados de dois projetos de pesquisa e extensão, realizados pelo Grupo de pesquisa MOM e apoiados por uma emenda parlamentar do Deputado Patrus Ananias e pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG: *Interface de avaliação de tecnologias sociais em conjuntos habitacionais autogestionários de Belo Horizonte* e *História da construção de conjuntos habitacionais autogestionários de Belo Horizonte*. Precederam a tais projetos o *Rolezinho da autogestão*, organizado em pareceria com o Coletivo Habite a Política, uma oficina do XXIII ARQUISUR, denominada *Produção de moradias por autogestão*, e a disciplina *Projeto participativo: tecnologia social e adequação sociotécnica* ofertada à graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, todos realizados em 2019.

A Coleção ainda está longe de reconstituir toda a história que precisa ser contada para combater o esquecimento da autogestão e sua invisibilização, por vezes deliberada. Ainda assim, compostos das falas, das imagens e da linha do tempo de cada conjunto, seus volumes oferecem um registro inicial das memórias das pessoas que se engajaram nesses empreendimentos, desde a mobilização e a conquista dos terrenos, passando pelos processos de projeto e construção, até a entrega das chaves e a organização posterior dos moradores.

As falas constituem a porção mais substancial dos textos de cada volume. Elas provêm de entrevistas individuais e coletivas que nos foram concedidas por gestores públicos e assessorias técnicas, e, principalmente, pelas protagonistas da autogestão: as moradoras e os moradores dos conjuntos, e as lideranças de movimentos populares. Procuramos pôr em evidência as perspectivas desses sujeitos.

As imagens provêm de acervos pessoais e públicos, bem como de ensaios fotográficos feitos por Érico Silva e Giselle Mascarenhas para esta Coleção. Na intenção de obter imagens representativas da realidade, tais ensaios se aproximam das técnicas de fotojornalismo, com os respectivos desafios, mas também com a possibilidade de capturar o cotidiano das pessoas e dos lugares. Em conjunto, as imagens novas e antigas deixam entrever as apropriações dos espaços e as marcas do tempo sobre a materialidade das edificações e de seu entorno imediato.

A linha do tempo sintetiza os dados e situa a produção de cada conjunto no contexto específico e no mais amplo. Com mapas, desenhos, fotos e outros documentos, procuramos tornar legíveis as superposições cronológicas e geográficas: governos, marcos regulatórios, programas públicos, organizações e manifestações populares, conquistas, projetação e construção. Por cortes diacrônicos e sincrônicos, é possível identificar encadeamentos e concomitâncias. Trata-se de uma construção historiográfica, um exercício de imaginação e uma ferramenta para a decifração dos fios condutores de um cenário complexo.

Nossos agradecimentos: a todas as pessoas mutirantes e moradoras dos conjuntos autogestionários, especialmente a Adoneia de Deus, Arthur Leandro, Aurenice de Jesus, Bárbara Jussara, Cenir Silva, Cleusa, Edino Lopes, Eliane Rodrigues, Erica Santos, Euflosino Francisco, Fábio Nunes, Francisco Fernandes, Gabriela Vieira, Geralda de Oliveira, Gisele, Graça Ferreira, Guilherme Souza, Irene Araujo, Jhuly Jennifer, João Batista, Joaquim Moreira, Jorge Soares, Lourival Lopes,

Luiz Nazaré, Luzia Vilela, Márcia Valéria, Margarida da Silva, Maria Aparecida Souza, Maria da Luz de Freitas, Maria das Graças, Maria Helena, Maria Roberta, Mário Faria, Márlivy, Marlene Gomes, Milton Santos, Paola Quintino, Patrícia Vieira, Renato Colotto, Renilda Souza, Rita Alves, Ronan Medeiros, Rosângela Moreira, Rosângela Nascimento, Salvadora de Lima, Sebastiana Araujo, Silvana, Sirleia Martins, Sirlene, Taise Oliveira, Varmo Silva e Vitor Godinho.

Às lideranças dos movimentos de luta por moradia, Antônia de Pádua, Cleusa Nascimento, Guilherme França de Souza, Helenice da Conceição Teixeira, Herval Simões Guido Júnior, José Antônio e Maria das Graças de Souza Ferreira.

Aos gestores públicos da URBEL, Aderbal Geraldo de Freitas, Aluísio Rocha Moreira, Maria Cristina Fonseca e Mônica Bedê.

Aos pesquisadores, arquitetas e arquitetos das assessorias técnicas, Ana Paula Baltazar, Ana Schmidt, João Marcos de Almeida Lopes, Marcelo Palhares, Margarete Maria de Araújo Silva (Leta), Maria Lúcia Malard e Silke Kapp.

Aos estudantes Bruna Ignacio, Cerena Araújo, Gabriel Barbosa, Josiany Campos, Karlla Soares, Laura Rodrigues, Matheus Nascimento e Tiago Amaral da Silva, pela participação nos projetos de pesquisa e extensão que deram origem a este livro.

Aos consultores Ana Baltazar, Jonathan Charley e Silke Kapp.

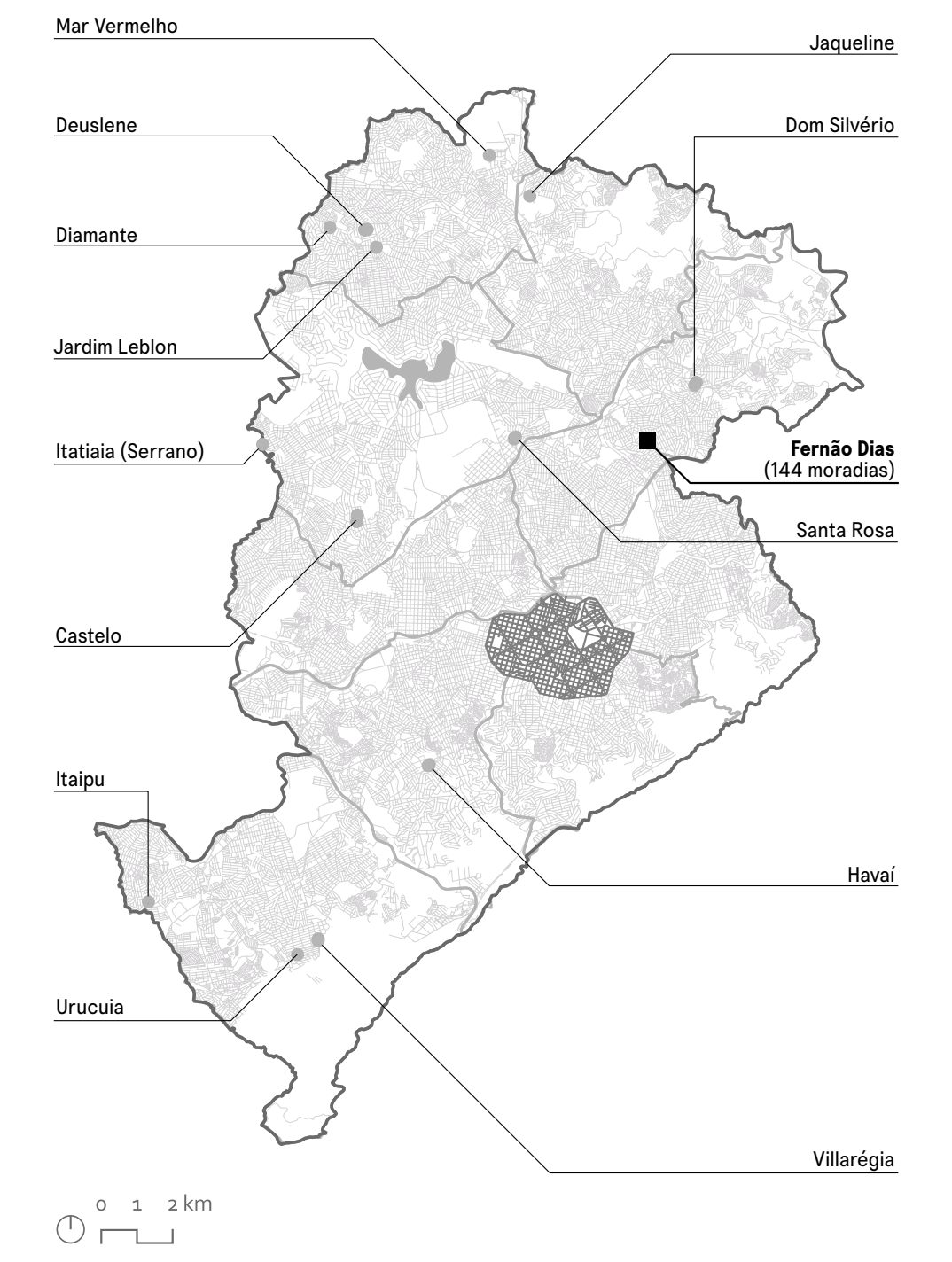
Ao Coletivo Habite a Política, parceiro no *Rolezinho da autogestão*.

À Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, pelas bolsas PBEXT e FORMEX.

Ao Deputado Patrus Ananias, pelo incentivo à pesquisa e à extensão na UFMG e pelo apoio financeiro, mediante emenda parlamentar, sem o qual esta publicação não teria sido possível.

Nossa expectativa é a de que o material reunido em cada volume desta Coleção seja explorado, reinterpretado, complementado e, eventualmente, corrigido. Sobretudo, gostaríamos que se tornasse inspiração e estímulo para novas experiências de autogestão.

Roberto E. dos Santos e Giselle Mascarenhas
Agosto de 2023



RESIDENCIAL FERNÃO DIAS

O Residencial Fernão Dias está situado à rua Paulista, 800, no bairro Fernão Dias, Regional Nordeste. Construído entre março de 1999 e dezembro de 2000, ele pertence à primeira geração da autogestão em Belo Horizonte, e inaugurou a produção de prédios de apartamentos, em vez de casas ou sobrados. Os recursos para sua construção foram conquistados pelo movimento popular nos Orçamentos Participativos da Habitação de 1996 e 1997.

O Residencial compreende 144 unidades, distribuídas em nove blocos, justapostos três a três, num terreno que, pelo relevo acidentado, levou a uma implantação com uma generosa área verde. Os blocos são de quatro pavimentos, com quatro apartamentos por andar, todos com um pequeno hall de entrada, sala, cozinha, banheiro e três quartos, somando 56m². A estrutura é de concreto armado, com alvenaria de vedação convencional, de blocos cerâmicos, e esquadrias de alumínio.

Segundo os dados da Secretaria Municipal de Habitação, o valor do convênio entre a Prefeitura e a Associação foi de 2,3 milhões de reais, e o custo total do empreendimento, de 2,6 milhões, isto é, cerca de 18 mil reais por unidade, equivalentes a dois mil sacos de cimento, ao preço da época da entrega das chaves, em 2000. A aquisição do terreno consumiu 217 mil reais; a urbanização, 272 mil; e os projetos, 25 mil.

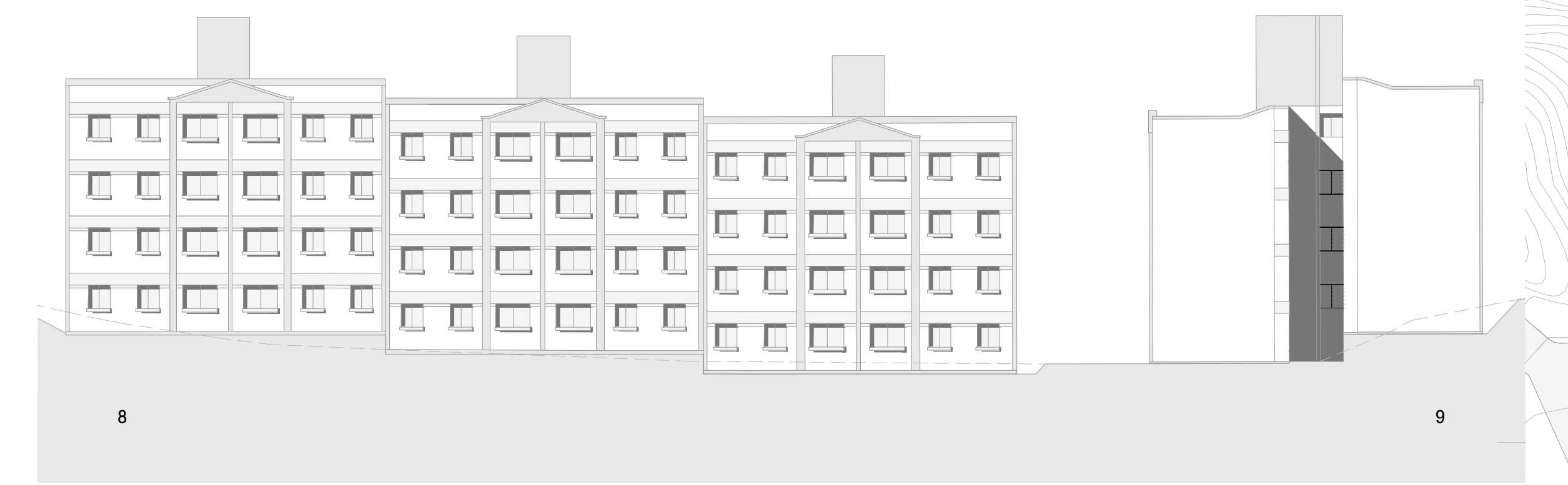
O projeto arquitetônico foi de responsabilidade técnica da empresa Loci Arquitetos Associados, e como os demais conjuntos da primeira geração, não contou com a participação dos futuros moradores. A construção foi gerida pela Associação Habitacional e Social da Área do Fernão Dias, com assessoria técnica da Assessoria Social e Pesquisa (ASP), escolhida pelos representantes das famílias.

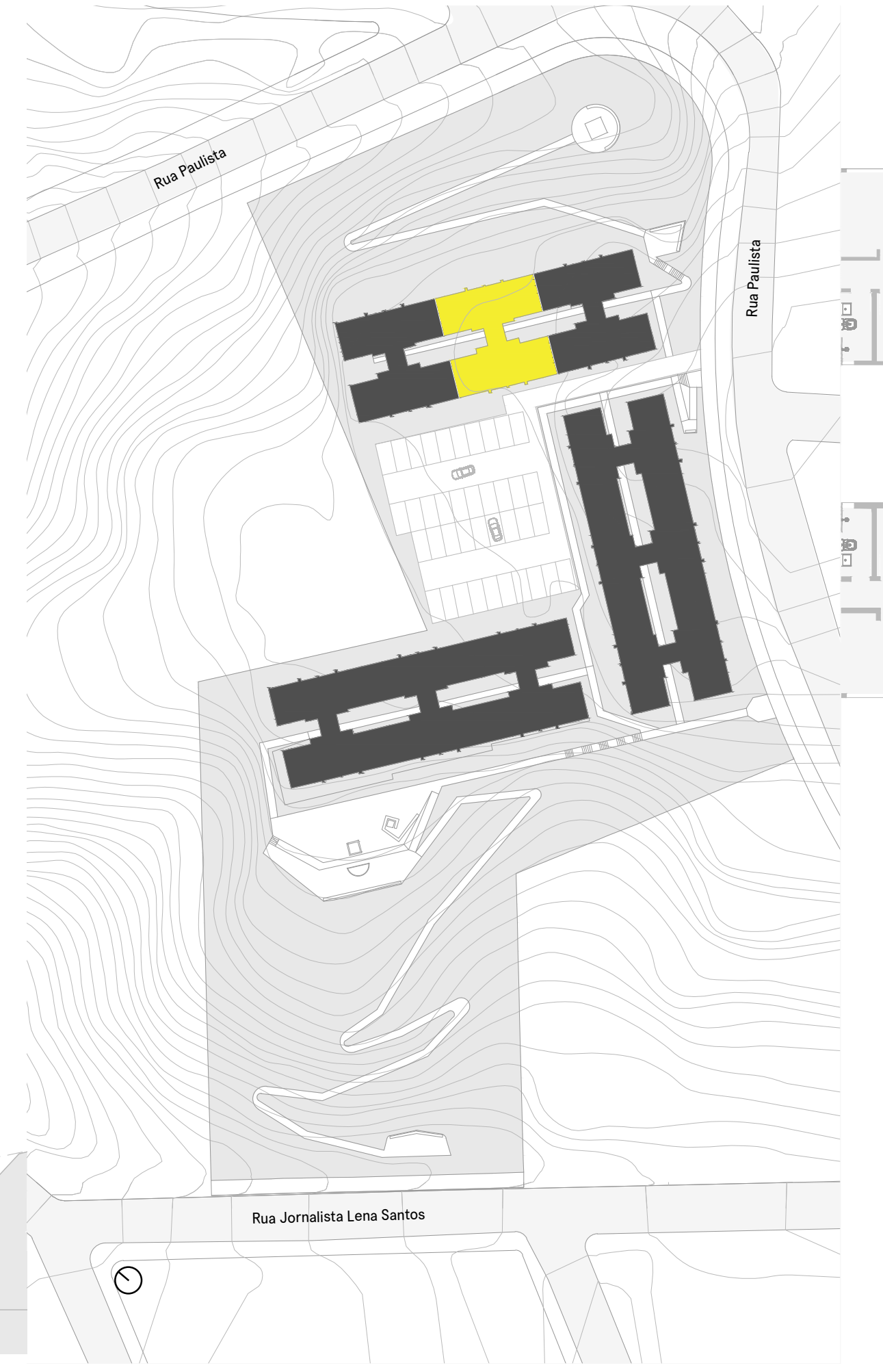
As 'atividades de mutirão' — como as chamava a assessoria técnica que, à semelhança dos agentes públicos, não acreditava no potencial desse tipo de trabalho coletivo — aconteciam somente aos domingos e não eram necessariamente associadas com a construção. Durante a semana, as obras eram conduzidas sem a participação dos moradores, por empreitadas coordenadas pela assessoria. De acordo com o relato dos moradores, tal forma de organização pela ASP acabou por determinar a percepção, por parte do poder público, de que os mutirões tinham caráter 'de fachada'.

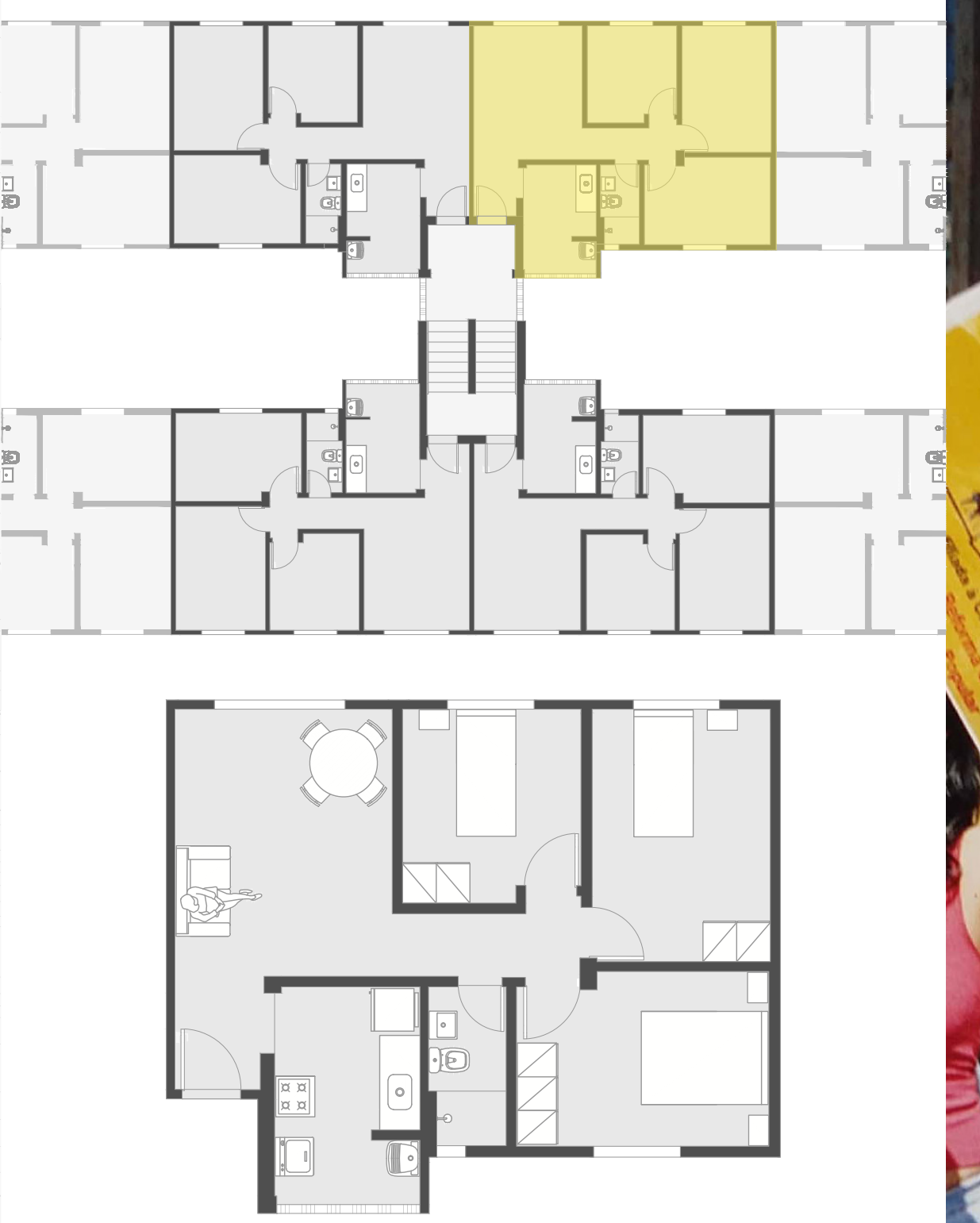
À diferença dos conjuntos da primeira geração que o antecederam, o Residencial Fernão Dias resultou da reunião de famílias de várias regiões da cidade, de modo que elas não puderam trazer consigo suas antigas redes sociais. Nas entrevistas ouvimos que, na fase inicial de ocupação, algumas unidades eram usadas apenas aos finais de semana porque mães e pais não tinham com quem deixar as crianças para ir ao trabalho e acabavam passando a semana na sua moradia anterior. Isso faz pensar que, apesar do envolvimento no processo de autogestão, um grupo formado por famílias sem laços de confiança mais antigos (de vizinhança, parentesco ou amizade) tende a ter mais dificuldade para estabelecer redes de colaboração e solidariedade no período pós-ocupação. Sem dúvida, é uma questão que afeta sobretudo as mulheres, protagonistas da produção autogestionária.

O terreno do Residencial Fernão Dias, é muito bem localizado, com uma vizinhança de classe média. Lamentavelmente, seus então futuros moradores enfrentaram o preconceito e a hostilidade dessa vizinhança. No início do processo, havia sido selecionado outro terreno, que seria adquirido com recursos do Orçamento Participativo da Habitação. Ele era próximo ao atual, mas numa área considerada mais nobre. A população do entorno então se mobilizou para evitar a implantação de habitações de interesse social ou do que chamavam pejorativamente de 'os predinhos'. Mesmo com a troca do terreno, as animosidades persistiram, estendendo-se até a uma escola de ensino fundamental, onde crianças moradoras do conjunto parecem ter sido discriminadas. Hoje, a situação está apaziguada, especialmente porque, por ação dos moradores do Residencial Fernão Dias, a região foi equipada com um posto de saúde e uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI). Além disso, conquistaram uma área lindeira ao conjunto para a implantação de um parque público.

As falas das seções seguintes registram a memória desse empreendimento. Elas provêm de entrevistas que nos foram concedidas por uma moradora do Residencial (Luzia Vilela) e três lideranças da Associação Habitacional e Social da Área do Fernão Dias (Maria da Luz Freitas, Helenice Conceição Teixeira e Herval Simões Guido Júnior). Realizadas em novembro e dezembro de 2021, elas abordam relações de vizinhança, ações comunitárias e as fases de mobilização, projeto, construção e pós-ocupação. Os textos sobre fundo amarelo são transcrições literais dessas falas (apenas com pequenas supressões das interjeições coloquiais).







	1977	1979	1982	1983	1984	1985	1989	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1999	2000	2001	2003	2004	2005	2008	2009	2018	2019
PREFEITOS DE BELO HORIZONTE:										Patrus Ananias				Célio de Castro			Fernando Pimentel					Marcio Lacerda	Alexandre Kalil	
PRESIDENTES DO BRASIL:	Ernesto Geisel	João Figueiredo				José Sarney		Fernando Collor	Itamar Franco			Fernando Henrique Cardoso						Luiz Inácio Lula da Silva				Dilma Roussef Michel Temer	Jair Bolsonaro	

★ Evento
► Marco regulatório ou programa público
● Cursos de formação

★ Enchentes e inundações
Os anos de 1977, 1979 e 1983 são de enchentes particularmente trágicas em Belo Horizonte. Por terem suas casas ameaçadas ou destruídas, mais pessoas se juntam ao movimento por moradia.

► Criação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM)
O PRODECOM, de abrangência estadual, atua em cinco áreas: habitação popular, legalização de terras urbanas, melhorias urbanas em favelas e bairros da periferia, nutrição e abastecimento, e serviços comunitários. Tem como diretriz o planejamento participativo e incentiva a autoconstrução, o mutirão e a ajuda mútua, respeitando dinâmicas locais e favorecendo a autonomia das pessoas na produção de suas casas.

★ Início dos mutirões em São Paulo
A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Estadual empreendem mutirões, destacando-se a Vila Nova Cachoeirinha (1982), o Recanto da Alegria (1983) e a Vila Comunitária de São Bernardo (1985).

★ Ocupação da escadaria da Igreja São José pelo movimento por moradia
O ato reúne muita gente e chama atenção para a luta do movimento, com consequente envolvimento da Igreja Católica.

★ Encontros dos movimentos por moradia de São Paulo
Os eventos, organizados por assessores técnicos, possibilitam articulações entre movimentos locais e externos, especialmente a Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM). Assim, impulsionam a criação da Coordenação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda-Mútua e Autogestão, que dará origem à União dos Movimentos por Moradia da Grande São Paulo e Interior, a principal responsável por encaminhar a autogestão nos programas habitacionais dos anos 1990.

[Moradora-liderança 1] Quando acampamos na porta da Prefeitura, na Igreja São José e em outros lugares, o movimento de moradia foi se espalhando para mais regiões. O poder público entendeu que tinha que nos ouvir e nos chamou para uma reunião. Dessas reuniões surgiu o conselho da cidade [Conselho Municipal de Habitação], através das plenárias que foram sendo criadas [...]. Iam ônibus e mais ônibus de associados para essas plenárias. Para ser eleito membro do conselho, você tinha que ter um grupo muito forte apoiando. A partir daí, o Conselho foi tomando direção e trazendo uma destinação específica para as construções, para atender essas famílias.

★ Luiza Erundina, do PT, assume a prefeitura de São Paulo
A gestão municipal democrático-popular, apesar de não contar com respaldo do governo federal, busca dar resposta às reivindicações dos movimentos por moradia, visibilizando suas pautas e apontando novos rumos à produção autogestionária de moradias no país a partir da criação do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal.

► Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal de São Paulo
O FUNACS, também denominado FUNACOM, é implantado pela Superintendência de Habitação Popular e subsidiado pelo Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (Lei 8.906/79). Em pouco mais de três anos, firma 93 convênios que viabilizam 12.351 unidades habitacionais.

★ Chico Ferramenta, do PT, assume a prefeitura de Ipatinga
Eleito com apoio do movimento de luta por moradia, a gestão de Chico Ferramenta inaugura práticas autogestionárias no campo da habitação em Minas Gerais, a partir de convênios entre a Prefeitura e a Associação Habitacional de Ipatinga, criada em 1990.

★ Um milhão de assinaturas e o primeiro projeto de lei de iniciativa popular
Como uma entre várias ações de luta por uma política habitacional em nível federal, os movimentos por moradia se mobilizam nacionalmente e conseguem coletar um milhão de assinaturas em favor do projeto de lei do Fundo Nacional de Moradia Popular. Uma pauta central é a autonomia dos movimentos na gestão de recursos.

★ Fundação da Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Região (ASCA)
A ASCA obtém os primeiros recursos disponibilizados para a produção de moradias por autogestão em Belo Horizonte, por meio do Orçamento Participativo. Assume um papel central e permanente na luta por moradia.

★ Patrus Ananias, do PT, assume a prefeitura de Belo Horizonte
Eleito pela coalizão FRENTE BH POPULAR, a gestão de Patrus Ananias promove avanços democráticos, com maior participação, justiça social, geração e distribuição de renda, descentralização e transparência.

● Curso de capacitação: Assessoria Técnica a Movimentos Sociais por Moradia
A URBEL oferece o curso com a intenção de capacitar profissionais para atuação como assessoria técnica a associações populares envolvidas na produção de moradias por autogestão.

★ Início dos mutirões do Conjunto Primeiro de Maio em Ipatinga
Os sobrados do Conjunto Primeiro de Maio são construídos em alvenaria de blocos de cimento e escória de alto-forno. Trata-se de uma experiência singular no Brasil, sem a rigidez de outros programas de autogestão. Sua assessoria técnica e muitos de seus moradores farão parte das frentes de trabalho remunerado do Conjunto Urucuia.

★ Campanha da Fraternidade *Onde moras?*
Visibilizando a luta por moradia em Belo Horizonte, a Igreja Católica ampara a organização do cadastro de famílias que demandam moradia e promove alguma estruturação aos grupos que emergiram a partir da década de 1980.

[Moradora-liderança 1] O movimento era muito unido [...]. Juntaram algumas famílias que não tinham moradia decente, que moravam na beira de linha, embaixo de barracas, essas coisas, e outros que viviam de aluguel, como a minha família [...]. Teve um advogado [...] que orientou: *Vocês são um movimento tão forte por estar pleiteando moradia, por que vocês não reúnem e fazem essa reivindicação juntos?* A partir daí foi que iniciou esse movimento. Vieram a Igreja e os partidos políticos nos orientando sobre como fazer corretamente as reivindicações.

► Criação do Orçamento Participativo (OP)
A formulação do OP objetiva viabilizar a participação dos moradores de vilas, favelas e conjuntos habitacionais na alocação de recursos públicos para obras por eles demandadas. São realizadas assembleias regionais para o levantamento de propostas de obras por sub-região, seguidas de triagem dessas propostas e estimativas de custos das obras pela Prefeitura, e, ainda, pelos eventos denominados Caravana de Prioridades (por regiões) e Fórum de Prioridades Orçamentárias (por regiões e municipal).

★ Fundação do Centro de Apoio ao Sem Casa (CASA)
Vinculado à Arquidiocese de Belo Horizonte, o CASA é responsável pelo cadastro que dá origem aos núcleos organizados de habitação, formados por pessoas que lutam por moradia.

► Nova regulamentação do Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP)
A Lei 6.326/93, regulamentada pelo Decreto 7613/93, vincula o FMHP, criado pela Lei 517/1955, à provisão de moradia para a população de baixa renda e define a URBEL como gestora desse fundo.

★ Conquista de recursos do OP pela ASCA
A ASCA mobiliza quinhentas famílias para a assembleia do OP de 1994 e consegue recursos equivalentes a 250 mil dólares — segundo uma participante, quase três quartos do montante disponível. É um marco nas lutas populares e na política municipal, decisivo para a criação de um orçamento participativo exclusivo para a habitação.

● Seminário Assessoria a Movimentos Populares na Perspectiva da Autogestão
Organizado pela URBEL, o seminário conta com assessorias técnicas de Fortaleza (CEARAH PERIFERIA), Recife (ARRUAR) e São Paulo (USINA).

► Aprovação da Política Habitacional para o Município de Belo Horizonte
Ao lado da gestão pública e da cogestão, a nova política habitacional define a autogestão como uma de suas três formas, descrevendo-a como aquela em que "o movimento popular organizado gerencia todo o processo de produção do programa habitacional" e os respectivos recursos são "repassados aos beneficiários" (Resolução II/1994).

FERNÃO DIAS FERNÃO DIAS FERNÃO DIAS FERNÃO DIAS FERNÃO DIAS FERNÃO DIAS

► Criação do Orçamento Participativo da Habitação (OPH)
Criado a partir da pressão exercida pelo movimento de moradia que passa a ocupar lugar expressivo nas plenárias deliberativas do OP, o OPH é o canal de participação da população na deliberação de recursos para execução de projetos voltados exclusivamente para atender a demanda habitacional.

★ Conquista do primeiro terreno

★ Troca do terreno

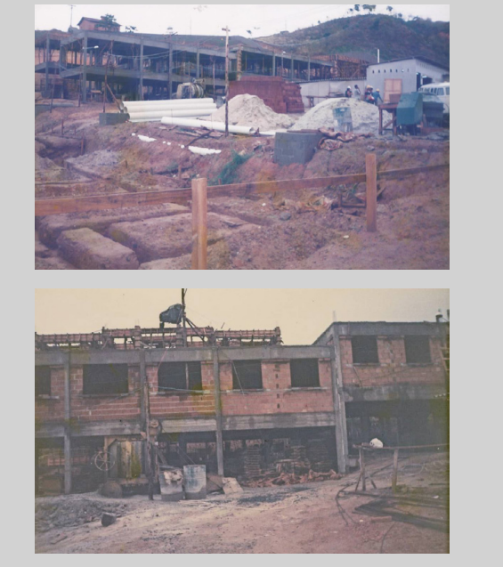
[Moradora-liderança 2] O primeiro terreno do Fernão Dias, que a gente conquistou no Orçamento Participativo, era um ótimo local. Não que o atual não seja excelente, mas, antes de a gente tomar posse e de saberem que o terreno seria financiado para o movimento de moradia, foi feito um abaixo-assinado contra a construção do conjunto. Alegaram que as famílias não teriam condição [...]. Acabou que a gente foi colocado noutro lugar, sem direito à fala, sem conhecerem o pessoal do movimento de moradia.

★ Conquista de recursos no Orçamento Participativo

► Regulamentação da Política Habitacional para o Município de Belo Horizonte
Cinco resoluções do Conselho Municipal de Habitação regulamentam o financiamento e a concessão de subsídios pelo Fundo Municipal de Habitação Popular, abrangendo objetivos e critérios para a participação em empreendimentos autogestionários, atribuições dos participantes e procedimentos de aprovação de orçamentos e operacionalização do processo.

★ Ocupação do prédio da Prefeitura de Belo Horizonte pelo movimento por moradia
Na véspera do Natal do último ano da gestão de Patrus Ananias, o movimento ocupa a prefeitura com a reivindicação de que sejam assinados os contratos dos empreendimentos autogestionários, pondo fim à hesitação do poder público em liberar dinheiro e conceder autonomia aos seus beneficiários.

★ Realização dos projetos



★ Início das obras

★ Finalização das obras

► Direito à moradia na Constituição Brasileira
A Emenda Constitucional 26/2000 incluiu na Constituição Brasileira o direito à moradia como um dos direitos sociais básicos.

► Criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR)
A Lei 10.188/2001 cria o programa para atender à população de baixa renda mediante arrendamento residencial com opção de compra. A Caixa Econômica Federal é responsável por gerir o Fundo de Arrendamento Residencial e operacionalizar o programa.

[Moradora-liderança 1] Surgiu a ideia de reivindicar que o governo federal também participasse com uma cota para que esse movimento desenvolvesse mais e acolhesse mais famílias. Porém, a partir desse acolhimento do governo federal, eles modificaram a política habitacional. Veio esse projeto PAR em seguida. Veio depois esse projeto Minha Casa Minha Vida.

★ Obras de drenagem

★ Conquista do Centro de Saúde no OP OBRAS

[Morador-liderança] Em relação ao posto de saúde, foi luta da comunidade com lideranças do bairro São Marcos e outras lideranças dentro do Residencial. Nós tivemos que convocar a comunidade para participar, porque lá tem quase mil moradores, então foi o braço direito de muita conquista no bairro Fernão Dias e no bairro São Marcos.

► Criação do Programa Crédito Solidário
A Resolução 93/2004, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, cria o Programa Crédito Solidário para atender a famílias de baixa renda organizadas em cooperativas ou associações com fins habitacionais. Com a Caixa Econômica Federal como agente executor, o programa tem papel relevante no financiamento da segunda geração de conjuntos habitacionais produzidos por autogestão em Belo Horizonte.

★ Conquista de recursos para o Parque Fernão Dias no OP OBRAS

[Morador-liderança] O parque fica bem de frente, era uma área ociosa. Aconteceram algumas invasões, mas o poder social do bairro não deixava o povo ficar lá dois minutos, então nós conquistamos esse parque.

► Criação do SNHIS e do FNHIS
Depois de quase duas décadas de mobilizações, com repetidas caravanas a Brasília para pressionar o governo federal por programas habitacionais mais abrangentes do que os municipais, movimentos populares finalmente conseguem que seja aprovada a Lei 11.124/2005, que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), amparado pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), prevendo repasse de recursos a entidades sem fins lucrativos e, assim, viabilizando a produção autogestionária.

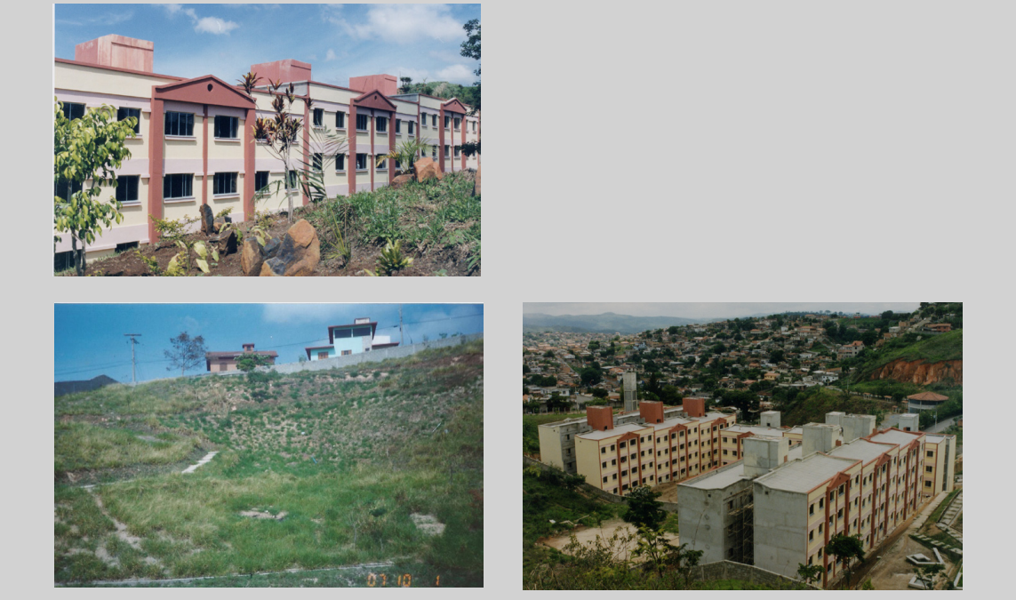
[Morador-liderança] Nós fomos responsáveis por outras conquistas dentro do bairro Fernão Dias, de que a comunidade de classe média alta não participou [...]. Foram os pobres que residem no Residencial Fernão Dias que obtiveram essas conquistas: parque, reforma e construção de posto de saúde, pavimentação de ruas. A última obra que eu defendi foi a construção de uma UMEI que está bem próxima do Residencial.

► Criação da Ação de Apoio à Produção Social de Moradia (APSM)
Com recursos do FNHIS e voltada a famílias com renda de até três salários mínimos, a APSM prevê a produção ou aquisição de unidades habitacionais, a requalificação de imóveis e a aquisição de lotes urbanizados. O programa, embora sintetize algumas das reivindicações dos movimentos por moradia, não é efetivamente implantado.

★ Designação de terreno para um parque lindeiro ao Residencial

[Moradora] Nós conquistamos pela nossa associação, somada à participação da comunidade, a revitalização daquela área. [...] O Residencial sofre até hoje com as chuvas, porque a área é um talude imenso. É um terreno drenado, teve que drenar para construir o Residencial Fernão Dias. Ali tem minadouros de água, mas hoje já está drenado. Então, o nosso projeto foi conquistado em 2009, mas ele ainda não saiu do papel. Existe o projeto: na parte superior do terreno, vai ser construído equipamento de esporte, vai ter praças; na parte funda do terreno, que é atrás mesmo do Residencial, vai ter uma quadra de areia e vai ser preservado com o plantio de mudas também. Outra parte, que será cercada, não será de uso da comunidade, mas será um espaço aberto.

► Criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)
O PMCMV é criado para estimular a construção civil e prover moradias para famílias enquadradas em três faixas de renda: até três salários mínimos; três a seis salários mínimos; e seis a dez salários mínimos. O programa contempla também a produção autogestionária por meio do PMCMV-ENTIDADES.



► Atualização da Política Municipal de Habitação para Belo Horizonte
A Resolução LII/2018 do Conselho Municipal de Habitação revê alguns conceitos da política habitacional, como o de *déficit habitacional*, e altera diretrizes e linhas programáticas, introduzindo duas novas formas de gestão (a privada e a por organizações da sociedade civil) e mantendo as anteriores (pública, cogestão e autogestão).

★ Projetos de extensão e pesquisa para recuperação da memória da autogestão em Belo Horizonte
Iniciam-se os projetos *Interface de avaliação de tecnologias sociais em conjuntos habitacionais autogestionários de Belo Horizonte* e *História da construção de conjuntos habitacionais autogestionários de Belo Horizonte*, desenvolvidos pelo Grupo MOM com a participação dos moradores em entrevistas e oficinas de fotografias.